

## RELATÓRIO DOS PROCESSOS DA ADEPOL - Associação dos Delegados de Polícia de Alagoas

N.º PROCESSO	PARTE CONTRÁRIA	TIPO DE AÇÃO	VARA	MATÉRIA TRATADA NO PROCESSO	ULTIMA FASE
001.01.008235-3	Estado de Alagoas	Ordinária	16ª Vara Cível da Capital	A ação trata sobre o saldo remanescente referente aos vencimentos atrasados dos delegados, no percentual de 16%, mais especificamente à época da Administração do Governo de Divaldo Suruagy e Manoel Gomes de Barros.	Com juiz para despacho.
001.03.002961-0	Secretário de Administ., Recursos Humanos e Patrimônio de Alagoas	Mandado de Segurança	18ª Vara Cível da Capital	A ação trata sobre o pagamento da gratificação natalina (13º salário) dos delegados sem o abate remuneratório, devendo o mesmo ser pago integralmente.	Com juiz para sentença.
001.03.005226-3	Estado de Alagoas	Ordinária	18ª Vara Cível da Capital	A ação trata sobre a inconstitucionalidade do decreto Estadual n.º 38.127/99, que reduzia os vencimentos e proventos dos delegados, devendo ser mantida a percepção dos mesmos por meio da fixação realizada pela Lei Estadual n.º 6.330/02, ou seja, com a manutenção das vantagens pessoais e no teto do Governador.	Transitou em julgado a sentença, tendo sido esta favorável à Adepol.
001.04.001375-9	Estado de Alagoas	Ordinária	18ª Vara Cível da Capital	A ação trata sobre a exclusão da aplicação do teto remuneratório sobre o adicional noturno.	Com juiz para sentença.
001.03.008406-8	Secretário de Administ., Recursos Humanos e Patrimônio de Alagoas	Mandado de Segurança	17ª Vara Cível da Capital	A ação trata sobre a modificação do vencimento base dos delegados de polícia de 3ª categoria, devendo ter um redutor de 10% do vencimento base do de 2ª categoria.	- O processo encontra-se atualmente no STJ para julgamento de Recurso Especial interposto pelo Estado de Alagoas, com o Ministro Arnaldo Esteves Lima da 5ª Turma; - Foi proposta Execução Provisória de Sentença sob o n.º 001.03.008406-8/001, tendo sido a mesma julgada improcedente, o que ensejou interposição de Recurso de Apelação pela Adepol,

					estando atualmente com juiz para remeter ao TJ/AL.
001.07.056031-6	Secretário de Administr., Recursos Humanos e Patrimônio de Alagoas	Mandado de Segurança	18ª Vara Cível da Capital	A ação trata de desconto realizado pela COBRAPOL - Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis.	Despacho: "Deixo para apreciar o pedido de liminar após as informações. Notifique-se as autoridades apontadas como coatoras para que, no prazo legal, apresentem as informações que julgarem necessárias."
001.07.056050-2	Estado de Alagoas	Ação Ordinária	16ª Vara Cível da Capital	A ação trata do Redutor Constitucional.	Aguardando cumprimento de Mandado de Citação do Estado de Alagoas.
1.603/2007	Estado de Alagoas e Governador	Pedido de Providências	Ministério Público Estadual	O processo administrativo trata de pedido de providências ao MP para obrigar o Estado de Alagoas a solucionar o problema da superlotação das delegacias e dos presídios em Alagoas.	Foi protocolada no dia 27/06/07, e encontra-se para ser distribuída.